Organização como mediação para a reconstrução dos elos rompidos entre comunidade e natureza

Rafael Kruter Flôres
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Este texto resgata um acúmulo de produção teórica relativa ao tema da defesa de modos de vida em relação com a natureza, tema que viceja em todas as partes do mundo na práxis de comunidades e movimentos populares. O objetivo é enfocar os conteúdos elaborados neste acúmulo em suas possibilidades para superar a reificação da organização que domina o campo da Administração e dos Estudos Organizacionais. O desenvolvimento das teorias organizacionais é entendido como parte do processo histórico de reificação da organização do metabolismo social, marcado pela desconexão entre a organização reificada e as necessidades humanas condicionadas pelo entorno natural nos modos de vida histórica e culturalmente constituídos. Há, no entanto, situações nas quais os produtores se organizam para defender a natureza e modos de vida, enquanto condição de reprodução da vida humana em comunidade. São essas as situações que podem fundamentar concepções que vinculam a natureza com a satisfação das necessidades, refazendo os elos rompidos pelas formas fetichizadas de produção da riqueza social que estão levando a humanidade à catástrofe socioecológica.

Palavras-chave: organização; movimentos sociais; comunidades; modos de vida; metabolismo social.

Introdução

Este texto é um trabalho em construção que resgata um acúmulo de produção teórica relativa ao tema da defesa de modos de vida em relação com a natureza, tema que viceja em todas as partes do mundo na práxis de movimentos populares e comunidades. O objetivo é enfocar os conteúdos elaborados neste acúmulo em suas possibilidades para superar a reificação da organização que domina o campo da Administração e dos Estudos Organizacionais. O texto está organizado em três partes: na primeira parte, discuto a reificação da organização; na segunda, apresento conceito de metabolismo social e sua reificação no modo de produção capitalista; na terceira parte, retomo elaborações já produzidas como proposta de conceitos. Por ser um trabalho em construção, não são apresentadas considerações finais ou conclusão.

A reificação da organização

Para Marx (2006, p. 147), "as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho". Ou seja, as características sociais do trabalho humano são distorcidas e aparecem como características objetivas dos próprios produtos do trabalho. Assim, a relação entre os produtores que juntos produzem a soma total do trabalho humano, a riqueza social, é refletida de forma deformada, invertida, como uma relação que acontece fora do âmbito desta mesma produção, uma relação entre coisas, entre mercadorias.

A esse fenômeno Marx (2006) chamou de fetichismo da mercadoria. Lukács (2003, p. 194), a partir daí, avançou na elaboração do fato de "

> uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma 'objetividade fantasmagórica' que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e inteiramente fechada, oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens.

Este é o fenômeno da reificação, cuja essência é a transformação de uma relação entre humanos em uma relação entre coisas; transformação de uma relação entre produtores em uma relação entre mercadorias: uma relação coisificada. Tal fenômeno encontra sua gênese nos antagonismos que Marx (2006) descobriu existirem na tríade que define a mercadoria nesse modo de produção: valor-de-uso, valor-de-troca e valor.

A reificação se origina, portanto, na ação desagregadora promovida pela troca de mercadorias na estrutural social, ação esta que somente é levada a efeito quando penetra no conjunto das manifestações vitais da sociedade, modelando-as à imagem da troca de mercadorias. O mundo criado em tais relações envolve um sistema de leis, um Estado correspondente, entre outras coisas, dentre as quais está a organização capitalista reificada, cuja gênese se encontra na indústria moderna que fragmenta tanto os objetos do trabalho quanto seus sujeitos: a classe trabalhadora (Lukács, 2003). Para o autor, "a desintegração mecânica do processo de produção também rompe os elos que, na produção 'orgânica', religavam a uma comunidade cada sujeito do trabalho" (Lukács, 2003, p. 205).

Ainda segundo Lukács (2003), tal forma de organização não poderia ter tal efeito se não se revelasse nela a estrutura de toda a sociedade capitalista. Ou seja, estamos diante de uma manifestação de universalização: "pela primeira vez na história toda a sociedade está submetida, ou pelo menos tende, a um processo econômico uniforme, e de que o destino de todos os membros da sociedade é movido por leis também uniformes" (Lukács, 2003, p. 208).

Trata-se da universalidade da categoria mercantil, pela qual o destino do operário generaliza-se a toda a sociedade, condição necessária para moldar o processo de trabalho nas empresas.

Uma contribuição elucidativa do processo de reificação da organização é o resgate do desenvolvimento das teorias administrativas e sua mutação para a teoria das organizações feito por Prestes Motta (2001). O Pós Segunda Guerra, marcado pelo advento dos computadores e pela decodificação da teoria weberiana como tecnologia administrativa despida de poder, leva, segundo o autor, a uma maior elaboração teórica. É da conformação de uma nova ordem global capitalista que emerge uma definição de organização que se fundamenta em uma simbiose entre a teoria dos sistemas abertos e o funcionalismo parsoniano (Motta, 2001.

Naquele contexto, a internacionalização da economia via empresas multinacionais acelerada nos anos 1950 e 1960 produzem "enormes conglomerados com raízes em todos os cantos do mundo" com reflexos na ciência política norte-americana, que "absorve a ideia de administração política do conflito como forma de manutenção do poder" (Motta, 2001, p. 83). Esse é o contexto que possibilita o advento do conceito de sistema, definido como "conjunto de elementos organicamente relacionados numa determinada configuração" em mudança contínua e que só sobrevive na adaptação a ambientes turbulentos.

A mutação significou "cambiar el foco de las proposiciones teóricas y de los estudios empíricos en conexión con las transformaciones en la organización del capitalismo" (Misoczky, 2016, p. 10). Ainda para o Motta (2001), a noção de conhecimento técnico como salvação justifica o poder tecnocrático de uma burocracia ascendente, poder este que é disseminado em um sistema educacional acrítico e levado a posições em universidades, grandes empresas multinacionais e ao Estado. Portanto, a burocracia não é apenas uma constelação de interesses nem tampouco um sistema de representação; não é um sistema cooperativo racional como definiu Barnard e nem um sistema orgânico morfogênico como definido na teoria dos sistemas de Katz e Kahn; mas um sistema de poder. "Tudo passa como se de fato não houvesse dirigentes e dirigidos, mas apenas supersistemas, sistemas e subsistemas a serem integrados" (Motta, 2001, p. 88).

A definição de organização que emerge naquele contexto encontra-se formulada na obra de March e Simon (1958), em um processo evolutivo cujos fundamentos vão sendo aprimorados

Tais abordagens compartiham uma concepção "según la cual las prácticas de los agentes se reducen a conflictos de rol y el poder de control es justificado por la necesidad de estandarizar comportamientos y garantizar el orden indispensable para alcanzar las metas organizacionales" (Misoczky, 2016, p. 10). Fortalece-se assim o que Motta (2001) denomina ideologia

burocrática, via naturalização das relações de dominação e mascaramento do poder, da divisão social do trabalho, da estratificação social, do binômio dirigente-dirigido e do antagonismo existente entre capital e trabalho num modo de produção antagônico.

No contexto mais recente, segundo Misoczky (2016), a organização passa por uma segunda mutação, inaugurada pela emergência do gerencialismo como braço operacional e ideologia complementar do neoliberalismo. Assim, as teorias organizacionais

> asumen el neoliberalismo como la normalidad y ocurre una renovación de su rol a servicio de la reproducción y naturalización de procesos de acumulación y dominación de clase. Esa renovación y, a mi entender, la segunda mutación, se expresa en el pasaje del *management* - modelo hegemónico de organización - para el gerencialismo - una forma específica de racionalidad que reproduce en todas las dimensiones de la vida asociada la lógica de las relaciones específicas del mercado y se constituye en una ideología porque, además de mistificar contradicciones específicas del capitalismo operando en el nivel de las ideas, también se expresa concretamente en el nivel práctico de la vida cotidiana..

O gerencialismo coloniza as teorias organizacionais, fortalecendo o processo de reificação da organização à imagem e semelhança da organização capitalista e sua expressão reificada e consolidada nos receituários do *management*. Ou seja, o advento do neoliberalismo implica em uma intensificação deste processo, já que é caracterizado pelo avanço da lógica empresarial a todas as dimensões da vida humana.

O desenvolvimento das teorias organizacionais é, portanto, parte do processo histórico de reificação da organização, processo no qual emerge, em um contexto de aparente estabilidade da empresa capitalista, um conjunto de definições que dizem respeito à necessária organização da atividade humana para a produção de bens que satisfaçam suas necessidades (valores-de-uso). Tais definições vinculam-se à prática administrativa na empresa capitalista e encontram uma síntese na organização como sistema e seus desdobramentos conceituais, síntese essa que se universaliza como organização em geral. Tal é o processo de emergência da organização-mercadoria, já que analogamente ao processo de reificação da mercadoria, a organização reificada tem como consequência a produção de um mundo (organizacional) criado à sua própria imagem (distorcida).

A reificação mercantil, segundo Lukács (2003), assume importância decisiva para a submissão das consciências "às formas nas quais essa reificação se exprime, para as tentativas de compreender esse processo ou de se dirigir contra seus efeitos destruidores, para se libertar da servidão da 'segunda natureza' que surge desse modo" (Lukács, 2003, p. 198).

Na busca por avançar no ato de libertar-se da 'servidão da segunda natureza' que surge do modo capitalista, Misoczky (2024, p. 10) entende que "se a organização é um meio ou instrumento para a ação, deve ser adequada às exigências e condições de cada situação concreta". Não se pode, portanto, pressupor uma teoria universal ou aceitar de forma acrítica modelos organizacionais fetichizados, pois isso implicaria em supor a existência da organização como um "ente desconectado das dimensões espaciais e temporais, ademais de resultante de uma construção a-histórica e inumana", como se encontra também no argumento de Faria (2022).

Organização, portanto, é "uma categoria que tem possibilidades de conteúdo que, por óbvio, serão mediações interpretativas de práxis organizacionais concretas de lutas inseridas na materialidade de relações histórico-sociais" (Misoczky, 2024, p. 10). Ou seja, superar a organização reificada implica em identificar o conteúdo de sua concretude, sua materialidade e sua historicidade.

Acerca da materialidade, Lukács (2003) identifica uma diferença qualitativa entre "a mercadoria como uma forma (entre muitas outras) do metabolismo social dos homens e a mercadoria como forma universal de conformação da sociedade [...]". No devir histórico, a mercadoria como forma específica do metabolismo social se torna a forma universal de conformação da sociedade: categoria universal de todo o ser social. Trata-se, então, de compreender a organização do metabolismo social.

A organização reificada do metabolismo social

Como visto anteriormente, a organização reificada se universaliza quando nela se revela 'a estrutura de toda a sociedade capitalista', em que toda a sociedade se submete a um 'processo econômico uniforme' (Lukács, 2003, p. 208).

No conceito de 'metabolismo social', Marx (2006) explica a relação entre seres humanos e natureza, mediada pelo processo de trabalho. Essa relação é universal: dimensão ontológica e, portanto, definidora da natureza humana. Na sociedade capitalista ela assume configurações específicas, já que, como visto, o capital é uma relação entre pessoas mediada por coisas. Assim, na sociedade capitalista, o metabolismo social, que inclui a relação entre

pessoas, precisa ser mediado por coisas, mercadorias. Essa relação tem duas características fundamentais: o fetichismo das relações sociais, ou seja, o ocultamento de processos e relações; e a expectativa de retorno em escala ampliada, motor do capital que necessita incorporar o mais valor produzido pelo trabalho.

Se o trabalho é um processo que separa os seres humanos da natureza por ser a mediação entre ambos, é também um processo que os iguala, pois estão sempre juntos co-evoluindo. Assim, a imposição da natureza condiciona a existência humana, pois é na natureza que os seres humanos encontram os meios de sobrevivência (Flores, 2013).

Portanto, temos que tais processos resultam única e exclusivamente da ação humana sobre a natureza, interações dinâmicas entre seres humanos que criaram, ainda que de forma inconsciente e não deliberada, uma forma específica de metabolismo social, operada e operacionalizada pela forma específica de organizar a apropriação da natureza, levando a uma organização específica do metabolismo social: o modo de produção capitalista.

A organização capitalista do metabolismo social, no entanto, engendra dinâmicas específicas que produzem uma falha nesse metabolismo e assim perturbam "o intercâmbio material entre o homem e a terra" (Marx, 2006, p. 570), ameaçando os equilíbrios ecológicos e os modos de vida a eles correspondentes; e promovendo destruição, espoliação e morte. O processo de produção capitalista se aliena do processo de trabalho que apropria a natureza para a produção de valores-de-uso necessários à reprodução da vida humana. Assim como "a desintegração mecânica do processo de produção rompe os elos que, na produção 'orgânica', religavam a uma comunidade cada sujeito do trabalho" (Lukács, 2003, p. 205), a desintegração do metabolismo social rompe os elos com suas bases materiais (natureza). Perde-se nesse processo as condições que limitariam a reprodução do metabolismo social a níveis material, natural e humanamente possíveis, e o capital se transforma em uma relação alienada do mundo que o criou. Reside aí a gênese da falha metabólica (Foster, 2005), uma falha na organização capitalista do metabolismo social concretizada pela organização reificada que, como visto, se desenvolve na prática da administração capitalista e conceitualmente nas teorias administrativas e organizacionais.

A reificação da organização se manifesta, portanto, de distintas maneiras relacionadas: o processo de conversão de uma forma específica de metabolismo social (capitalismo) em forma universal; o desenvolvimento do processo de trabalho se autonomiza de suas bases materiais e naturais; o valor-de-uso é abstraído na produção de valor capitalista. Todos esses processos relacionados envolvem um aspecto fundamental: a desconexão entre a organização

reificada e as necessidades humanas condicionadas pelo entorno natural nos modos de vida histórica e culturalmente constituídos. É sintoma de tal desconexão a tentativa artificial de articular organização e ambiente, presente na simbiose entre funcionalismo e teoria dos sistemas (Motta, 2001).

O esgotamento de reservas naturais, a degradação ambiental pelo uso insustentável dos recursos, as práticas extrativistas predatórias etc. são processos que devem ser analisados como parte dessa desconexão. Nesse sentido, práticas de manejo sustentável dos recursos, assim como todas as medidas que fazem parte do receituário do desenvolvimento sustentável, podem, no máximo, oferecer soluções paliativas, temporárias e isoladas, mas não alteram a dinâmica capitalista do metabolismo social no seu eixo essencial. A tendência é reproduzir essa dinâmica e a contradição fundamental entre sua reprodução e suas bases materiais.

Há, no entanto, situações nas quais os produtores (entendidos aqui como grupos, coletivos, comunidades, sindicatos, movimentos sociais etc.) se organizam para defender a natureza e modos de vida, enquanto condição de reprodução da vida humana em comunidade, desde a exterioridade da totalidade do sistema capitalista (Dussel, 2012). Nessa perspectiva, a natureza é vista não como mero recurso para a produção de mercadorias, mas como condição indispensável para a vida (metabolismo social). São essas as situações que podem fundamentar concepções que vinculam a natureza com a satisfação das necessidades, refazendo os elos rompidos pelas formas fetichizadas de produção da riqueza social – os elos rompidos entre o valor e o valor-de-uso[1] – que estão levando a humanidade à catástrofe socioecológica. Tais situações envolvem comunidades e movimentos sociais que defendem modos de vida em relação com a natureza, que vicejam em todas as partes do mundo. A análise de sua organização, 'na materialidade de relações histórico-sociais', pode indicar possibilidades de conteúdo a ser preenchido para a superação da organização reificada.

Nesse sentido, abaixo se encontram definições oriundas de um acúmulo de pesquisas e reflexões sobre este tema, tendo na tradição do marxismo latino-americano de Enrique Dussel, Franz Hinkelammert e Adolfo Sanchez-Vázquez referências fundamentais.

Organização de movimentos sociais e lutas populares

[1] Hinkelammert & Mora Jiménez (2005, p. 227) indicam que a contradição suprema do capitalismo não é entre las forças produtivas e relações de produção, mas entre "el proceso de trabajo en cuanto que metabolismo social y condición natural del ser humano, y el proceso de valorización en cuanto que forma capitalista de este proceso. Es desde luego, la contradicción entre el valor de uso como base de posibilidad de la reproducción material de la vida, y la forma valor de las relaciones humanas entre productores de mercancías".

A partir de um diagnóstico que identificou a influência de teorias estruturalistas e funcionalistas nas inter-relações que se davam entre teorias de movimentos sociais e estudos organizacionais no contexto estadunidense (Misoczky, Flores & Goulart, 2008), esforços na busca de referenciais mais aderentes aos movimentos sociais e lutas populares que contestam a ordem capitalista levaram Misoczky & Flores (2020) a defender uma ontologia materialista explícita, afastando as teorias de movimentos sociais convencionais (estruturalistas e funcionalistas) e aquelas pós-Marxistas.

Tendo como referência a definição de organização como mediação entre teoria e prática – práxis – de Lukács (2012), defenderam que a contribuição da ontologia materialista para o estudo de movimentos sociais é demandar uma vinculação da prática acadêmica ao mundo real e às lutas concretas; e que "o fato de os Estudos Organizacionais ainda serem dominados pelo conceito reificado de organização continua sendo um obstáculo ao estudo dos movimentos e suas práticas organizacionais" (Misoczky & Flores, 2020, p. 41).

Assim, apoiados na concepção de 'poder desde abajo' de Rauber (2003), os autores entendem organizações construídas pelo pensamento e pela ação em lutas sociais populares como instrumentos políticos e sociais da mais alta importância, sejam elas efêmeras ou mais permanentes, e que estarão sempre em movimento. Nessa perspectiva, movimentos sociais são "a organização estratégico-crítica-coletiva de múltiplas atividades materialmente fundamentadas que se orientam para a libertação das vítimas do sistema do capital" (Misoczky & Flores, 2016, p. 42).

No mesmo sentido, e apropriando a formulação sobre a práxis feita por Adolfo Sánchez-Vásquez, Misoczky (2024, p. 5) define organização como

> una praxis de crear medios o instrumentos que visan concretizar fines necesarios con base en cierto grado de conocimiento de la realidad que se quiere transformar; o sea, organización es parte de redes de causalidades puestas para concretizar el fin prefigurado, es un modo de mediación entre teoría y práctica en situaciones sociohistóricas objetivas.

Assim, ao enfocar objetos de análise não usuais no campo da Administração e dos Estudos Organizacionais – movimentos sociais e lutas populares, tais definições expressam a possibilidade de enraizamento da organização na sua circunstancia histórica e material, tendo na práxis o nexo que define processos, práticas e dinâmicas que visam levar a cabo fins visados. Tais definições retêm o aspecto instrumental de qualquer organização (meios para atingir fins),

mas se afastam da organização reificada ao considerar que os fins resultam de dois elementos chave: a práxis e o conhecimento da própria situação sócio-histórica. Assim, a teoria ganha relevo na medida em que se entende que a organização pressupõe conscientização e não alienação, mobilização de teoria articulada à prática (práxis). Também é sublinhada a materialidade dada pela situação sócio-histórica dos sujeitos organizados, o que irá permitir a consideração do elemento natural em uma situação que passa a ser sócio-histórica e natural.

Outra definição importante em tais elaborações é a de lutas populares. A expressão popular ganha espaço através da linguagem de Dussel (1998), que elabora sobre a libertação das vítimas do sistema do capital, a partir da ilegitimidade de uma ordem que produz a impossibilidade de reproduzir a vida das vítimas, dos oprimidos e dos excluídos. A libertação proclama a dissolução da ordem do capital. Com essa referência, Misoczky & Dornelas Camara (2025, p. 471) definem lutas populares como

> procesos organizacionales de comunidades, pueblos y colectivos en defensa de modos de vida en relación con la naturaleza, contra las múltiples formas de opresión, por la producción y reproducción de sus vidas, entre otras (Misoczky & Dornelas Camara, 2025, p. 471)

A noção de que as vítimas, ao "descobrir-se en-cobertos, ignorados, afetados-negados, leva ao início da tomada de consciência do si mesmo positivo, mas dialeticamente codeterminada pela consciência da relação negativa com o sistema" (Dussel, 2004, p. 285), retoma o processo de conscientização. A expressão modos de vida em relação com a natureza busca dar conta do fato incontornável das necessidades humanas condicionadas e possibilitadas pelo entorno natural, que encontra nos distintos modos de vida histórica e culturalmente constituídos sua manifestação concreta. A defesa de modos de vida é também a defesa de processos não reificados de organização do metabolismo social e, portanto, da possibilidade de reprodução da vida humana, e de toda a humanidade, o que traz a necessidade de definições sobre modos de vida em comunidade e em relação com a natureza.

Modos de vida: a comunidade em relação (racional) com a natureza

De acordo com Misoczky & Dornelas Camara (2026, p. 484), a praxis emancipatória elaborada por Sánchez Vázquez (2007) e a praxis de libertação elaborada por Dussel (1998) indicam

> un discernimiento moral de algo deseable que tiene como fundamentación las condiciones materiales e históricas que exigen

> proyectos políticos para su transformación, proyectos orientados por elementos axiológicos cuyo centro es la posibilidad de producción y reproducción de la vida humana en comunidad y en relación con la naturaleza.

Os autores ainda retomam o postulado de Dussel (2001) de que, na ação econômica, os produtores "transforman a la naturaleza, y consecuentemente crean un momento intersubjetivo, en lo cual, establecen una relación de intercambio y distribución que son prácticas interhumanas e intersubjetivas de los productores para reproducir sus vidas". A definição de comunidade, portanto, remete à necessária relação de produção, troca e distribuição que caracteriza a produção da vida social, a condição intransponível da vida humana, mas que fica escondida nas aparências da sociedade capitalista, em que a vida social não existe, o que existem são indivíduos atomizados em relações reificadas.

A dimensão da vida em comunidade, portanto, exige a consideração da vida corpórea e material, pois "la comunidad tiene siempre una base y una dimensión corporal. Se trata del nexo corporal entre los seres humanos y de estos con la naturaleza (Hinkelammert & Mora Jiménez, 2005, p. 24). Por isso, a vida em comunidade é o modo de existência do ser humano e, em última instancia, a comunidade é humanidade. Também por isso, é o ponto de referência para avaliação de "qualquer racionalidade econômica e de toda organização econômica institucionalizada" (Hinkelammert & Mora Jiménez, 2005, p. 37).

Nesse sentido, se modos de vida são a expressão da corporalidade de uma comunidade em relação com a natureza (Moura da Silva, no prelo), deve-se encontrar as mediações necessárias entre a singularidade dos distintos modos de vida histórica, cultural e materialmente constituídos e a universalidade de uma comunidade global, já que no modo de produção capitalista a humanidade pôde se reconhecer em sua inteireza. Em tais mediações podem estar as possibilidades de reconstrução dos elos rompidos pelas formas fetichizadas de produção da vida e da riqueza social

Como visto desde o item anterior, nem a vida em comunidade nem tampouco a realização de projetos de vida no capitalismo são factíveis, e

> […] dado que únicamente un sujeto vivo puede proyectar y realizar fines, la elección de estos necesariamente está subordinada a la vida del sujeto. En consecuencia, no todos los fines concebibles técnicamente y realizables materialmente según un cálculo medio-fin, son también factibles; sólo lo es aquel subconjunto de fines que se integran en algún

> proyecto de vida. Es decir, fines que no son compatibles con el mantenimiento de la vida del sujeto mismo, caen fuera de la factibilidad (Hinkelammert, 2000, p. 238).

Articulado ao princípio da factibilidade, explicado na citação acima, Hinkelammert e Mora Jiménez (2005, p. 36) elaboraram o conceito de racionalidade reprodutiva, que subordina a lógica da racionalidade instrumental meio-fim (definidora de qualquer organização) à racionalidade do circuito natural da vida humana, "en cuanto que racionalidad de la vida y de sus condiciones de existencia.

A racionalidade reprodutiva deve confrontar a "racionalidad medio-fin con su fundamento, que es el conjunto de las condiciones de posibilidad de la vida humana e incluye necesariamente la vida de toda la naturaleza, porque el ser humano es un ser natural" (Hinkelammert y Mora Jiménez, 2005, p. 273). Em articulação com a factibilidade, possibilita "la creación de valores y objetivos organizativos complejos y atentos a expectativas sociales, las capacidades internas, los contextos locales y el arraigo socioeconómico más amplio […] (Flores & Dornelas Camara, no prelo). O conceito de racionalidade reprodutiva, portanto, desemboca em uma definição de organização social racional, aquela que exige uma "coordinación de la división social del trabajo, de un sistema de propiedad, de un conjunto de criterios para el cálculo económico y de una estructura de poder en la que todos puedan vivir y reproducir plenamente su vida material (real, corporal) mediante su trabajo" (Hinkelammert & Mora Jiménez, 2005, p. 47).

Para estes autores, a reprodução da vida é o criterio de racionalidade e de verdade de toda ação e discursos humanos, incluido a ética: "no es la ética que afirma la vida, sino que es la afirmación de la vida que crea una ética" (Hinkelammert, 2001, p. 112). Os autores elaboram a ética do bem comum como possibilidade racional para a superação dos problemas causados aos afetados pelo sistema; uma ética que surge como consequencia desta experiencia, e que busca na reprodução da vida humana

> el criterio de racionalidad y de verdad de toda acción y discurso humano. Así que no es una opción deliberada, una fórmula, un principio o una propuesta: ella emerge de las distorsiones, de las consecuencias negativas producidas por el sistema, como ética necesaria, intuitiva, y por lo tanto estrictamente relacionada a tales distorsiones. Este es el motivo por el cual no se podría pensar en el bien común como un ente

> fetichizado, apartado de la vida material y de las experiencias que demandan su interpelación (Flores & Dornelas-Camara, no prelo).

Diante das ameaças e distorções, comunidades se organizam, respondem e interpelam as instituições. Tais interpelações constituem o conteúdo da ética do bem comum, um ato de defesa de seus modos de vida, singularidades do metabolismo social que possibilitam a vida em comunidade.

Referencias

DUSSEL, Enrique. *Para uma ética da libertação latino-americana*. São Paulo: Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique. Sobre el sujeto y la intersubjetividad: el agente histórico como actor en los movimientos sociales. *Revista Pasos*, n. 84, jul./ago. 1999.

DUSSEL, Enrique. *A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FARIA, José Henrique de. *Introdução à epistemologia: dimensões do ato epistêmico*. Paco Editorial, 2022.

FLORES, Rafael Kruter. *Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum*. 2013. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FLORES, Rafael Kruter; CAMARA, Guilherme Dorneles. La crítica en nombre de la sobrevivencia de la humanidad: contribuciones de Franz Hinkelammert a la administración y los estudios organizacionales. *Revista Innovar*, no prelo.

FLORES, Rafael Kruter. Metabolismo social, valor e luta de classes: articulações necessárias para uma compreensão da natureza como bem comum. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2013: MARX HOJE, 130 ANOS DEPOIS, 2013, Niterói. *Anais [...]* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HINKELAMMERT, Franz; MORA JIMÉNEZ, Henry. *Hacia una economía para la vida*. San José: Departamento Ecuménico de Investigaciones, 2005.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MISOCZKY, Maria Ceci. Teorización organizacional: de las mutaciones funcionales a las posibilidades de una crítica ontológica. In: GONZALES-MIRANDA, Diego René; RAMÍREZ MARTÍNEZ, Guillermo (org.). *Tratado de estudios organizacionales*. v. 1. Medellín: Universidad EAFIT, 2017. p. 91–110.

MISOCZKY, Maria Ceci. Pensar la organización y los estudios organizacionales desde la filosofía de la praxis. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, e2022-0279, 2024. DOI: 10.1590/1679-395120220279.

MISOCZKY, Maria Ceci; CAMARA, Guilherme Dorneles. Contribuciones de Sánchez Vázquez para la ética y la praxis liberadora en la organización de movimientos sociales, luchas populares y de trabajadores. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 17, p. 470–487, 2025.

MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael Kruter. Implicações práticas e teóricas da análise de movimentos sociais nas perspectivas de redes e articulações. In: JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; CORÁ, Maria Amélia Jundurian (org.). *Redes e intersetorialidade*. v. 1. São Paulo: Tiki Books, 2016. p. 41–71.

MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael Kruter. From practice to theory: reflections on the organization of social movements and popular struggles. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 26, p. 18–48, 2020.

MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael Kruter; GOULART, Sueli. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1–14, 2008.

MOTTA, Fernando Prestes. *Teoria das organizações: evolução e crítica*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

RAUBER, Isabel. *Movimientos sociales y representación política*. Buenos Aires: Pasado y Presente XXI, 2003.